

**Ata da 13ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida em
11/02/04, 4ª feira, 15:00 horas na sala de reuniões do 2º andar do Ministério da Ciência e
Tecnologia**

O Ministro Eduardo Campos saudou os presentes comunicando que infelizmente não poderia permanecer, mas que fizera questão de comparecer juntamente com o Secretário Executivo Prof Luis Manuel Fernandez, para abrir a primeira reunião da Comissão de Mudança Global de Clima com a sua presença no Ministério e ressaltar a importância do funcionamento dessa Comissão.

Observou ser esta a reunião que recebia a primeira proposta de projeto de MDL para análise o que é um marco significativo do compromisso do Governo Brasileiro com ações nessa direção que tem pontuado as posições políticas assumidas pelo Brasil reafirmando o seu pioneirismo e a sua posição avançada em matéria de política exterior ao longo desse primeiro ano do mandato do presidente Lula.

Solicitou que o Prof. Luis Fernandez o substituísse na condução da reunião, desculpando-se novamente pela necessidade de se ausentar.

O Prof. Luis Fernandez saudou os presentes e passou ao primeiro ponto da agenda.

1. Aprovação da Ata da 12ª reunião da Comissão

Mencionou que a minuta de ata havia sido distribuída com antecedência para os membros da Comissão e solicitou ao Secretário Executivo, Doutor José Miguez, que apresentasse os principais pontos da Ata. Em seguida, não havendo comentários dos presentes, a ata foi considerada aprovada pela Comissão.

2. Relato pelo MRE sobre a 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima da ONU, ocorrida em Milão, Itália, de 1 a 12 de dezembro de 2003

O representante do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Everton Vargas observou que, como Diretor Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty coube-lhe, na Conferência de Milão, atuar como negociador principal do Brasil, cuja chefia da delegação coube ao Doutor Cláudio Langone, Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente.

Observou que a Conferência de Milão foi marcada basicamente pela indefinição russa no tocante a ratificação do Protocolo de Quioto, que é uma condição básica para a entrada em vigor do Protocolo e, portanto, um fator determinante do futuro do regime internacional sobre mudança do clima.

Lembrou que o Brasil tem sido altamente protagonista nessas negociações internacionais sobre mudança do clima desde que começaram as negociações sobre a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima.

Mencionou que a regulamentação de projetos de florestamento e reflorestamento no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi um dos principais temas da Conferência, tema esse de altíssima controvérsia entre os países industrializados, que têm obrigação de reduzir quantitativamente as suas emissões, e os países em desenvolvimento.

Disse ter havido, também, um grande interesse na troca de impressões com outras delegações, sobretudo com as delegações da China e Índia, tendo em vista em especial a questão da divulgação dos respectivos inventários nacionais que nós temos que fazer em cumprimento à Convenção-Quadro. A preocupação principal que o Brasil e esses dois países têm é quanto à repercussão política que os anúncios de países como Brasil, China e Índia dos seus respectivos Inventários Nacionais pode causar, seja junto aos países do Anexo 1, seja junto a organizações da sociedade civil, no que se refere a eventuais compromissos que os países em desenvolvimento deveriam ter numa eventual revisão do Protocolo de Quioto. Ressaltou que o Governo Brasileiro tem historicamente defendido a idéia de que não nos cabe reduzir emissões, quando na verdade o aquecimento global a partir de ações antrópicas é da maior responsabilidade dos países desenvolvidos.

Observou que mais uma vez neste ano o Brasil e o Japão organizarão um pequeno diálogo em Tóquio dos chamados negociadores chave da questão de mudança do clima que deverá ocorrer no meio do ano e terá por objetivo uma troca de idéias informal sobre as perspectivas do regime internacional sobre mudança do clima.

Observou que a participação brasileira se deu em todos os temas da Conferência, ressaltando o diálogo extremamente fluido e respeitoso entre a sociedade civil brasileira e o governo brasileiro em matéria de mudança do clima que é uma área estratégica para o Brasil, porque a mudança do clima pode afetar a agricultura, os recursos hídricos e as florestas.

Concluiu o relato mencionando a importante participação do Dr. Langone como chefe da delegação, atuando em duas mesas redondas, uma sobre vulnerabilidade e adaptação, que é um tema extremamente importante para os países em desenvolvimento, e outra relativa à avaliação do progresso para o cumprimento dos acordos sobre mudança do clima.

Informou que a próxima Conferência das Partes deverá realizar-se de 29 de novembro a 10 de dezembro em Buenos Aires¹, o que já antecipava um grande interesse da sociedade civil brasileira pela reunião.

O Dr. Luis Fernandez agradeceu a apresentação, e, antes de passar a palavra ao Dr. José Miguez para que ele complementasse as informações, principalmente no que se refere à aprovação da regulamentação de projetos de florestamento e reflorestamento, mencionou que vem acompanhando a discussão da questão como professor da área de política internacional na PUC do Rio de Janeiro, valorizando o papel protagonista que o Brasil desenvolveu na negociação desse regime internacional de proteção ambiental, não só nos termos de interesse da humanidade, mas também em termos que possibilitam o Brasil explorar estrategicamente as suas vantagens comparativas nesse terreno.

O Dr. José Miguez disse que, dentro da divisão do trabalho Grupo dos 77 e China, o Brasil coordenou três dos assuntos que estavam na pauta de aproximadamente dez assuntos, denotando a importância que é atribuída normalmente ao Brasil. Isso é o fruto do reconhecimento do grupo do G77 e China, ou seja, 134 países em desenvolvimento, da seriedade e da competência da equipe brasileira.

¹ Posteriormente essa Conferência das Partes foi transferida para o período de 6 a 17 de dezembro de 2004

Lembrou que em Marraqueche, em 2001, foi terminada a regulamentação do Protocolo do Quioto, excetuando-se a parte de projetos de MDL na área florestal que ficou pendente sendo criado um processo de dois anos que terminou agora em 2003, na COP9. Desta forma, hoje, a regulamentação do Protocolo de Quioto está praticamente concluída, ficando pendente apenas a regulamentação dos projetos de pequena escala na área de florestas, tendo sido acertado o prazo de um ano para se terminar essa regulamentação.

As dúvidas que existiam em relação à posição da sociedade brasileira era quanto à elegibilidade ou não de projetos de matas ciliares. Na negociação foram retiradas as cláusulas contrárias, que condicionavam a aprovação do projeto à não existência de legislação sobre o assunto, o que é relevante no caso brasileiro em que existe legislação que obriga a recomposição de mata ciliar.

O Dr. Luis Fernandez agradeceu os esclarecimentos e perguntou ao Ministro Everton quais eram as perspectivas, no entendimento do MRE, em relação à posição da Rússia de ratificar ou não o Protocolo de Quioto..

O Ministro Everton Vagas informou que o Governo Brasileiro tem procurado conversar com as autoridades russas sobre essa questão. A avaliação é que somente após as eleições presidenciais na Rússia, que serão realizadas em março é que teremos alguma indicação da posição que o governo russo tomará.

Nesse momento o Dr. Luis Fernandez comunicou que teria que se ausentar, pedindo desculpas, pois estava viajando imediatamente. Solicitou ao Doutor José Miguez que assumisse a condução da reunião e reafirmou o apoio do Ministério e da nova equipe aos trabalhos da Comissão.

O Dr. José Miguez, assumindo a condução dos trabalhos, acrescentou ao seu relato dos trabalhos na COP9, a participação substantiva que o Ministério do Meio Ambiente havia tido no trabalho de definição dos projetos de pequena escala na área de florestas.

O Dr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente reiterou as avaliações já feitas sobre a participação brasileira na COP9, com presença significativa, na delegação, de diversos setores.

Sugeriu que a Comissão Interministerial promovesse uma reunião de avaliação da COP9, ainda no mês de março, convidando todos os segmentos da sociedade brasileira que lá haviam estado.

O Dr. Flávio Sottomayor, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, concordou com a sugestão, sugerindo também que fosse realizada uma reunião com técnicos dos Ministérios integrantes da Comissão, para capacitação para as atividades que eles terão que realizar em relação ao tema de Mudança do Clima.

O Dr. José Miguez concordou com a oportunidade das duas sugestões, observando que essa iniciativas poderiam ser implementadas pela Secretaria Executiva da Comissão, sugerindo que a reunião com os membros da delegação na COP9 fosse feita no Itamaraty.

O Ministro Everton afirmou que o Itamaraty se sentiria honrado em sediar essa reunião e não haveria dificuldades.

O Dr. Miguez mencionou, a seguir, que talvez fosse importante repensar a composição da Comissão em função da reestruturação dos Ministérios. Citou, por exemplo, o Ministério das Cidades, criado no atual governo, que não está representado na Comissão, e que teria um papel fundamental porque cuida agora da parte de tratamentos de resíduos, e outros impactos, como transporte urbano.

3. Análise de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

O Dr. Miguez observou que a Comissão Interministerial havia recebido a primeira submissão de um projeto de MDL, o projeto da NovaGerar, cuja documentação havia sido enviada previamente aos membros da Comissão. Pelo estabelecido na Resolução nº 01 da Comissão, nessa reunião nós estamos fazendo apresentação formal desse projeto.

Observou também, que dado o grande volume de documentação, seria necessário estabelecer um procedimento para análise do projeto pela Comissão. A Secretaria Executiva elaborou um primeiro Parecer para ajudar a leitura dos documentos, mas talvez fosse conveniente que houvesse outros Pareceres independentes.

Sugeriu então que fosse organizado um grupo *Ad Hoc* de consultores para o qual os Ministérios indicariam pessoas com capacitação para esse tipo de análise. Esses pareceres subsidiariam a decisão dos Ministérios.

Um segundo problema foi levantado pelo Dr. Miguez, em relação à conformidade da documentação desse primeiro projeto: a verificação inicial constatou que todos os documentos haviam sido apresentados, mas uma verificação detalhada constatou inconsistências entre as versões do Documento de Concepção de Projeto e o Relatório de Validação. Devido a isso, a Secretaria Executiva teve que refazer o Parecer, que foi incluído na pasta de documentos distribuída na reunião. O Dr. Miguez observou que a Comissão deveria então se pronunciar sobre a colocação ou não em exigência do projeto, tendo em vista o tempo estabelecido para tramitação do projeto na Comissão. Sugeriu que a Comissão aguardasse o reenvio dos documentos para se pronunciar sobre o projeto, e que, no caso de demora, o prazo de tramitação do projeto passasse a contar a partir de sua ressubmissão, o que foi acordado.

Um terceiro assunto abordado foi a questão da emissão da Carta de Aprovação e sua condicionalidade à entrada em vigor do Protocolo como estabelecido no Artigo 9 da Resolução nº1. O Dr. Miguez observou que tinha recebido muitos comentários e sugestões sobre essa condicionalidade em relação a entrada em vigor do Protocolo, alguns mencionando que isso atrapalharia seu uso no processo que está sendo implementado na União Européia, e impossibilitaria seu uso em outros arranjos anteriores à entrada em vigor do Protocolo.

O Ministro Everton Vargas concordou com a idéia de criação de um grupo de especialistas, mas observou que seria essencial que esses especialistas conhecessem muito bem a Convenção do Clima, o Protocolo de Quioto e as decisões das Conferências das Partes. Em relação ao projeto da

NovaGerar, expressou sua preocupação com as inconsistências apresentadas, e que se por um lado havia o desejo de sinalizar sobre o interesse pelos projetos, por outro lado dever-se-ia ter muita cautela para que não sejam aprovados projetos que tenham falhas em relação às exigências da legislação.

Em relação à questão da condicionalidade à entrada em vigor do Protocolo de Quioto, observou que ela era essencial do ponto de vista jurídico e que além disso seria do interesse enfatizar a sua vinculação ao regime internacional estabelecido pela Convenção do Clima e à legislação nacional correspondente.

O Dr. Miguez esclareceu que as inconsistências identificadas na documentação do projeto são consequência do caráter provisório do processo, dado que as entidades operacionais ainda estavam sendo credenciadas pelo Comitê Executivo do MDL, criando um problema dado que a Resolução nº1 exige a apresentação do Relatório de Validação.

Lembrou que a idéia de exigir o Relatório de Validação foi no sentido de que apenas projetos consolidados fossem submetidos à Comissão. Lembrou também que muitas Entidades Operacionais entendem que a Carta de Aprovação deveria ser apresentada antes de ser feito o Relatório de Validação. Observou que o projeto da Novagerar previa financiamento pelo Banco Mundial, através do PCF, e que portanto um Relatório de Validação já existia, mas não seria possível saber se esse será o relatório de validação que será apresentado ao Comitê Executivo do MDL para registro.

Observou, também, que essa discussão era mais ampla, devido à necessidade de ter certeza que a Carta de Aprovação se refere a um projeto que não será alterado posteriormente.

O Ministro Everton sugeriu, então, que fosse desenvolvido um texto padrão para a Carta de Aprovação, onde parâmetros básicos estivessem estabelecidos. O Dr. Miguez concordou, sugerindo que se constituísse um grupo de trabalho para que uma primeira proposta fosse discutida na próxima reunião da Comissão. Lembrou também que na agenda da próxima reunião do Comitê Executivo do MDL estava prevista a discussão de um padrão internacional para a carta de aprovação que poderia ser incompatível com a legislação de cada país, e solicitou ao Ministro Everton que comentasse sobre essa possível padronização.

O Ministro Everton observou que o formato e conteúdo da carta teria que ficar sob a alçada nacional de cada país, em função de sua legislação, podendo o Comitê Executivo determinar alguns elementos.

O Dr. Miguez reiterou que o processo de submissão e análise de projetos sob os requisitos da Resolução nº 1 é um processo novo e que os problemas identificados durante a tramitação desse primeiro projeto deveriam servir para o seu aperfeiçoamento. Solicitou aos Ministérios que analisassem os procedimentos atuais, identificando as falhas e documentos adicionais necessários para que fosse eventualmente gerada uma segunda resolução, inclusive esclarecendo os procedimentos adotados.

Comunicou, também, que a Secretaria Executiva havia recebido, no dia 09 de fevereiro, um outro projeto, referente a outro aterro sanitário, este em Salvador, Bahia, da empresa Vega, mas que o mesmo não foi distribuído aos membros da Comissão porque a Secretaria Executiva não havia

concluído a análise de conformidade da documentação, sendo que algumas inconsistências já haviam sido identificadas e que possivelmente a documentação teria que ser re-submetida pelos proponentes. Comentou que existe uma ansiedade grande por parte dos proponentes de projeto, o que gera descuidos na consolidação da documentação submetida. Observou, portanto, que a Comissão deveria ter muito cuidado na aprovação de projetos, mas que, por outro lado, estava havendo muita pressão dos proponentes de projeto e da imprensa para que os projetos fossem aprovados rapidamente, inclusive com redução da documentação necessária.

O Secretário Cláudio Langone observou que a Comissão deveria ter uma preocupação muito grande em relação aos primeiros projetos, porque o pior cenário seria que fossem aprovados projetos que não servissem como modelo.

Observou que, independente de se instituir um grupo de consultores *Ad-hoc*, seria necessário criar, no âmbito da Comissão um ambiente inter-setorial que propiciasse a avaliação dos diferentes componentes dos projetos de forma complementar. Mencionou que mesmo que se utilizasse consultores *Ad-hoc*, a responsabilidade técnica, em última instância, era dos Ministérios e de seus funcionários. Seria necessário, portanto, a manutenção de uma equipe básica para assumir a responsabilidade técnica das aprovações, o que iria requerer um reforço institucional grande dos órgãos, principalmente do MCT.

Concordou, também, com a necessidade, já abordada, de um programa de capacitação na área de mudança do clima para os atores governamentais.

O Dr. Miguez complementou informando no âmbito do MCT estava em discussão a idéia de se criar um programa de fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão, contando com recursos do Banco Mundial, dentro de um acordo da renegociação da dívida que estava sendo conduzido pelo Ministério da Fazenda. Já existia uma sinalização positiva do Banco Mundial, prevendo-se um programa de reforço institucional na área de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, não só da Secretaria Executiva da Comissão como também dos Ministérios que compõem a Comissão. Com a aprovação desse instrumento a Secretaria Executiva poderia iniciar rapidamente o programa de capacitação.

O Ministro Everton acrescentou que o Itamaraty estaria plenamente aberto a estudar a possibilidade de cooperação para essa capacitação, citando a experiência realizada no ano de 2003, quando o Itamaraty organizou uma série de conferências sobre temas de política externa, para os quais foram convidados funcionários de vários Ministérios.

O Dr. José Miguez disse que sua sugestão original era de propor uma lista ad-hoc rotativa, que tivesse cinco a dez especialistas por setor, e que cada projeto fosse submetido a um dos especialistas da lista que não tivesse compromisso com a elaboração do projeto. Concordou com o Dr. Langone que esse parecer apenas auxiliaria, não substituiria a responsabilidade dos Ministérios na aprovação dos projetos.

O Dr. Vladimir Ferreira do Ministério dos Transportes observou que a Comissão não teria obrigação de aceitar um parecer. Sugeriu que os Ministérios fizessem, também, um levantamento dos seus técnicos que poderiam atuar como especialistas nas diversas áreas. Sugeriu, também a participação das universidades no trabalho.

O Dr. José Miguez concordou, indicando que sua idéia era fazer um ofício da Secretaria Executiva aos membros da Comissão solicitando a indicação de especialistas, ficando a cargo de cada Ministério escolher especialistas em cada área, funcionários ou especialistas externos, de universidades, por exemplo.

A Dra. Cândida Maria Cervieri, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior , enfatizou a necessidade do programa de capacitação, ainda em 2004.

O Dr. José Miguez reiterou que a idéia era começar o programa de capacitação ainda no mês de março, mas que era importante que ele fosse direcionado para o pessoal técnico que irá trabalhar com os assuntos ligados à Comissão Interministerial.

O Dr. Miguez observou que constava da pasta um calendário de reuniões, estabelecido na reunião anterior e que este calendário estava disponível na página da Internet para conhecimento público. Lembrou que a próxima reunião estava marcada para o dia sete de abril de 2004.

Observou que a Secretaria Executiva enviaria uma solicitação de indicação de especialistas ad-hoc, e solicitou que contribuições sobre perfil e a forma de trabalho desses especialistas fossem discutidas na próxima reunião, visando elaborar uma regulamentação específica da Comissão.

Observou também que seria necessário estabelecer um grupo de trabalho para elaborar a Carta de Aprovação padrão, e que a Secretaria Executiva poderia elaborar uma primeira minuta como documento inicial de trabalho.

Não havendo mais assuntos a discutir, o Dr. José Miguez agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.